

A EDUCAÇÃO NO BRASIL

Uma questão de mercado?*

Adriana Lopes Barreto Rebel
Eliane Maria Campos Barcellos
Gileno Domingos de Azeredo
Rodrigo Rosselini Julio Rodrigues

Este artigo analisa alguns problemas relevantes do sistema educacional brasileiro frente aos novos desafios gerados pelo processo de globalização da economia e pelas políticas educacionais implementadas no país, em consonância com as orientações dos organismos internacionais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, e a OIT entre outros. Como eixo central da análise, discute-se a implantação do Fundo Nacional de Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental (FUNDEF) e os problemas por ele gerados.

PALAVRAS-CHAVE: Fundef. Educação. Política educacional. Capitalismo neoliberal. Instituições financeiras multilaterais.

No mundo atual, sob a égide da globalização, os problemas sociais se agravam, sobretudo nos países periféricos ao processo de mundialização, ou nos países em desenvolvimento: elevação do índice de desemprego, aumento da população vivendo abaixo da linha da pobreza, e reincidência de patologias que já haviam desaparecido (lepra, tuberculose, malária), bem como o avanço da AIDS. Certamente esses problemas não existem por si só. São conseqüências de outras questões relativas ao direcionamento dado pelas grandes potências hegemônicas e instituições financeiras internacionais ao desenvolvimento econômico global. De acordo com este direcionamento o cerne dos problemas enfrentados pelos países periféricos

* Este artigo é fruto de pesquisas desenvolvidas pelos autores durante participação no Curso de Pós-graduação *latu sensu* em História do Brasil na Faculdade de Filosofia de Campos/UNIFLU (2002/2003).

seria a má administração de seus governos e sua inabilidade para expandir e gerir uma política educacional que contemple a todos, em diferentes níveis. A solução para estes problemas se encontraria, simplesmente, na adoção de algumas medidas econômicas, traduzidas em reformas, como uma produção voltada para a exportação; a abertura dos mercados; a implantação da idéia de um “Estado mínimo” por meio das privatizações, reduzindo o apoio estatal para os programas sociais, e a desnacionalização de empresas fundamentais para a soberania do país.

Dessa forma, elementos que constituem a base dos direitos de todo cidadão passam a ser vistos, dentro da ótica neoliberal, como mercadoria, sobretudo a educação. Para o Banco Mundial, instituição que atua na ótica neoliberal, é urgente que se combata uma série de distúrbios sociais provocados pela crescente segregação resultante do atual modelo econômico, e as políticas educacionais devem buscar maior adequação às regras do mercado. De acordo com o Banco Mundial as políticas de educação não podem ser pensadas pelos Estados sob a perspectiva da oferta, mas sim da demanda. A prática governamental baseada na oferta é ineficiente por não conseguir controlar a distribuição e a aplicação dos recursos, gerando muitas escolas e professores, que poderiam representar muitos gastos aos cofres públicos, enquanto que, numa política educacional baseada na demanda, os recursos públicos seriam transferidos para instituições privadas que controlariam a criação de escolas ou os salários dos professores de acordo com o número de alunos matriculados. Os países periféricos, denominados “clientes”, estariam realizando as reformas necessárias para sua inserção no mundo globalizado, facilitando a captação de recursos junto ao Banco Mundial, que por sua vez estaria vendendo mais um de seus serviços.

Por que a educação formal, que há bem pouco tempo forneceu à indústria do tipo fordista os seus “gorilas amestrados”, forma “gentil” pela

qual o próprio Ford nomeava seus operários-padrão, passou a obstaculizar os interesses do capital?

As décadas de 70 e 80 do século XX foram assinaladas por experiências de ajustes sociais, políticos e econômicos a uma conjuntura internacional marcada pela competitividade, que exigia constantes investimentos em novas tecnologias e em novos nichos de mercado. As novas experiências representaram os primeiros passos para a formulação de um regime de acumulação, caracterizado pela flexibilidade, em contraposição à rigidez do fordismo, e pelo uso de novas tecnologias de microeletrônica, química e genética. Todo esse processo de reestruturação do capitalismo atingiu a organização e a gestão do trabalho, demandando um novo perfil de trabalhador: versátil, criativo, empreendedor, que exercesse o auto-gerenciamento de suas funções e, sobretudo, qualificado.

A utilização de sistemas de qualidade total, de integração, de ciclo de controle de qualidade, presentes no cotidiano de empresas da velha e da nova economia que buscam incessantemente o aumento da produtividade e do nível de competitividade, resultou, por um lado, na redução do tempo de trabalho vivo necessário para a produção de mercadorias, via automação e informatização; por outro, fez crescer a demanda pela qualidade da força de trabalho em alguns setores produtivos.

Os interesses do capital internacional se voltaram para a escola: era preciso reformular conteúdos e matrizes curriculares, ampliar vagas, mudar a forma de gestão do sistema educacional e das escolas, rompendo com a pedagogia do adestramento, tão útil à concepção fordista e que se constituiu, então, num obstáculo à formação do novo trabalhador. Corroboraram esta perspectiva, pesquisas encomendadas por entidades empresárias brasileiras (FIESP, CNI, SENAI e outras), articuladas com os citados organismos internacionais, mostrando que a força de trabalho no Brasil está longe de possuir os atributos necessários para tornar a

empresa nacional competitiva internacionalmente. Exemplo recente é o trabalho desenvolvido pela OIT, demonstrando que a baixa produtividade das empresas brasileiras se deve à baixa escolaridade de sua mão-de-obra.

Formar cidadãos criativos, equilibrados, comunicativos, com capacidade de analisar, interpretar e resolver situações novas é uma tarefa mais nobre para a escola do que *apenas* multiplicar conhecimentos. A ampliação da escolaridade mínima, a universalização da escola básica e, em última análise, a valorização do trabalhador, podem à primeira vista, parecer um avanço. Porém, a tendência conservadora e excludente das elites brasileiras e os interesses obscuros de organismos internacionais reforçam o caráter dual da educação no Brasil à medida que enfraquecem a escola pública e intensificam o privatismo e a mercantilização, deixando “à margem das condições mínimas de vida, em nosso caso, mais da metade da população, e ao mesmo tempo, congelam ou retardam o próprio progresso técnico” (FRIGOTTO, 2000, p. 174). As principais “saídas” passam sempre pela transferência dos recursos públicos para as mãos da iniciativa privada, como fundações, emissoras de TV e rádio, e faculdades privadas, tirando do Estado a responsabilidade de administrar aquilo que ainda pode ser considerado base de desenvolvimento e de inserção no mundo capitalista globalizado por parte de qualquer nação: a educação. Esta questão desperta uma polêmica muito em voga nos meios acadêmicos e intelectuais da atualidade, que é o processo acelerado de mercantilização da educação.

O Banco Mundial possui um serviço chamado *Informação de Investimento em educação* ou *EdInvest (Education Investment)* que reforça a idéia da incapacidade do Estado de investir recursos na educação, reafirmando que todos os países em desenvolvimento devem delegar ao setor privado essa missão. Os projetos educacionais elaborados pelo Banco

Mundial foram feitos por economistas que privilegiaram a regulação do custo/benefício em detrimento da qualidade da instrução. Um exemplo importante da forma como o Banco Mundial encaminha seu projeto de educação pode ser lido abaixo:

Encorajar os países em desenvolvimento para estabelecer padrões sobre o que os estudantes deveriam saber [...], desenvolver um bom sistema de avaliação nacional, desenvolver cursos de treinamento para os formuladores de políticas públicas para o pessoal de agência sobre o que funciona e o que não funciona e como implementar reformas. [Para isso] o banco criará um intercâmbio de informações via Internet, enfatizando as oportunidades de investimento em Educação em países-clientes (Worldbank *apud* SIQUEIRA, 2000, p. 3).

Fica exposto neste documento o interesse do Banco Mundial em exercer o controle sobre a educação nos países periféricos, retirando dos professores, pais e comunidade, o poder de conduzir o ensino de acordo com as necessidades locais. Esse tipo de ação dos organismos financeiros internacionais tende a destruir as especificidades socioculturais dos países em desenvolvimento para impor seus pacotes educacionais como outra mercadoria qualquer, estabelecendo assim os passos a serem seguidos por seus países-clientes, afetando a soberania, pois:

Pela proposta do Banco Mundial, a capacidade de produção nacional de cada país não deverá existir ou se desenvolver por completo [...]. Como resultado, os países mais pobres nunca poderão ter uma tecnologia avançada ou pensar em desenvolver uma ciência e tecnologias, [...] relacionados com seu ambiente social, cultural, [...] étnico e político (SIQUEIRA, 2000, p. 5).

De acordo com as propostas do Banco Mundial os investimentos devem ser destinados apenas à educação básica, seguindo a passos graduais

até alcançar os demais níveis. A educação de qualidade em todos os níveis, segundo o Banco Mundial, não é possível pela falta de recursos. Realmente o ensino superior demanda muitos recursos, mas, na verdade, estes não são gastos e sim investimentos em linhas de pesquisas que promovem o desenvolvimento tecnológico dos países, sendo a universidade um setor estratégico para a soberania das nações. O investimento na educação básica é inegavelmente urgente. Ao contrário do que se pode imaginar, as instituições financeiras multilaterais e os países centrais defendem como prioridade a disseminação da escolaridade básica nos países periféricos a fim de conter a insubordinação social, o crescimento populacional, a proliferação de doenças, bem como aumentar o número de pessoas conectadas à *internet*, consumidoras de produtos eletroeletrônicos que possam aumentar o comércio eletrônico (*e-commerce*).

Assim as universidades brasileiras se encaminham para um quadro de total abandono enquanto o governo federal investe na educação tecnológica, produzindo a mão-de-obra qualificada para operar a tecnologia produzida pelos países centrais em seus centros de pesquisa e indústrias.

Neste contexto foi criado no Brasil o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), regulamentado pela lei 9.424, de 24/12/1996, e em vigor desde o mês de janeiro de 1998. A política educacional adotada pelo governo federal nos últimos dez anos construiu, com o aval do poder legislativo, por meio de negociatas e de um fabuloso jogo de interesses, um caminho que torna cada vez mais reduzida a participação popular na gestão do sistema educacional e no acesso à educação de qualidade. O FUNDEF – que, em poucas palavras, é o fundo que provê os recursos necessários ao funcionamento do ensino fundamental – tem como meta prioritária a universalização do ensino fundamental regular, abrangendo a faixa etária de 6 a 14 anos. Isso significa que a educação infantil, o ensino médio

regular e a educação para jovens e adultos passam a ser encargos das redes municipal e estadual que, desprovidas dos recursos federais, alegam não possuir meios suficientes para investir nestes segmentos, privando da escolarização mínima um número significativo de cidadãos, parte deles maiores de 14 anos, analfabetos ou semi-analfabetos. Esta parcela da população fica à mercê de cursos supletivos que oferecem em 4 anos apenas uma parcela do que é oferecido em 8 anos na escola regular, ou formam a clientela de projetos educativos, como os oferecidos pela Fundação Roberto Marinho e outras instituições que dissipam os recursos públicos sem o devido controle da sociedade organizada.

Num país onde o acesso ao ensino superior, público ou privado, sempre foi privilégio de uma elite, e em raras ocasiões das camadas média e baixa, a gravidade do problema se torna incomensurável. Alegando que o Estado não possui recursos suficientes para investir em educação para todos, nos diferentes níveis educacionais, divulga-se a idéia de que melhor seria se o setor privado arcasse com estes gastos.

As perspectivas para a educação, num futuro próximo, apontam um caminho que conduz ao preparo puro e simples do educando para a nova realidade do mundo do trabalho; que forja um novo tipo de trabalhador e de homem, adequado e subordinado – assim como sua escola e seus professores – aos interesses dos grandes empresários internacionais (ou transnacionais); que oferece mão-de-obra barata e pouco qualificada que realiza as funções mais simples na empresa (de nacionalidade estrangeira). Um dependente intelectual, sem muitas perspectivas de futuro. Ou, em pequena escala, uma educação que atende ao educando-cliente que, quando pode, paga pela educação-mercadoria. Com certeza uma educação na qual existe uma “[...] grande influência externa controlando o cotidiano das salas de aula, o que deve ser ensinado, a que passo deve ser feito a fim de que possa ser medido a um tempo específico e por um instrumento

padronizado” (SIQUEIRA, 2000, p. 6). Uma educação em que os profissionais de ensino receberão, no lugar da formação, um treinamento que provavelmente se dará através de cursos à distância ou via *internet*. Os estudantes serão formados, essencialmente, para atender as necessidades do mercado de trabalho. Um dos grandes males desta regulação pelo mercado é a alienação da vontade do estudante no processo de sua formação.

Ainda que se confirme a intenção das potências imperialistas, expressa nas relações travadas entre as instituições de financiamento internacional e os diversos governos dos países de economia periférica, é importante reconhecer a existência de alternativas que norteiem soluções menos imperativas e mais sustentáveis. A formulação de políticas públicas democráticas que valorizem o debate junto às instituições de ensino, contando com a participação efetiva de diversos segmentos da sociedade civil organizada, possibilita a construção de estruturas educacionais mais inclusivas, definidas por currículos e programas engajados na realidade cotidiana dos alunos, e isentas de entraves burocráticos que dificultam a organização cotidiana da escola. Pensar numa escola com professores qualificados e bem remunerados, que permita o acesso às tecnologias básicas e, sobretudo, garanta aos seus representantes a participação nas decisões sobre os rumos destas instituições, significa pensar numa realidade social verdadeiramente sólida frente aos desafios impostos pela economia global.

Present-day education in Brazil: a market issue

Adriana Lopes Barreto Rebel
Eliane Maria Campos Barcellos
Gileno Domingos de Azeredo
Rodrigo Rosselini Julio Rodrigues

This article analyses some relevant problems within the Brazilian educational system due to the new challenges originated by the economical globalization and by the educational policies implemented in the country, according to the orientations given by international organizations such as the World Bank, the International Monetary Fund, the International Labour Organization and others. This analysis focuses on the discussion of the implementation of Fundo Nacional de Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental (FUNDEF) and the problems it has created.

KEYWORDS: *Fundef. Education. Educational policies. Neoliberal capitalism. Multilateral financial institutions.*

REFERÊNCIAS

LEHER, Roberto. **Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização:** a educação como estratégia do banco Mundial para “alívio” da pobreza. 1998. (Tese de doutoramento). Universidade de São Paulo, São Paulo. (Mimeo.).

LESBAUPIN, Ivo *et al.* **O desmonte da nação:** Balanço do Governo FHC. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SIQUEIRA, Ângela Carvalho. O Novo Discurso do Banco Mundial e o seu mais Recente Documento de Política Educacional. *In: II Congresso Latinoamericano de Sociologia do Trabalho*, ALAST, Buenos Aires, 2000. (Mimeo.).

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2000.

OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado**: transformações contemporâneas do trabalho e da política. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MANHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

WORLD Bank. *O desafio da inclusão*. Discurso de James Wolfensohn perante a Junta de Governadores. **World Bank**. Hong Kong, 1997. Disponível em: www.worldbank.org/html/extdr/extme/speech.htm. Acesso em: ago. 2003.